

LEI Nº 061/02

Dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias
para o exercício de 2003, e toma outras providências.

O Prefeito Municipal de Caxingó, Estado do Piauí, no uso de suas atribuições legais,

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Em cumprimento a Lei Orgânica do Município, a Constituição Federal, a Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964 e a Lei Complementar nº 104, de 04 de maio de 2000-Lei de Responsabilidade Fiscal, ficam estabelecidas, para a elaboração dos Orçamentos do Município, relativos ao exercício financeiro de 2003, as diretrizes gerais de que trata a presente Lei, compreendendo:

- I - metas e prioridades da Administração Pública Municipal;
- II - as diretrizes gerais e específicas para elaboração dos orçamentos do município e suas alterações;
- III - as disposições relativas as despesas do município com pessoal e encargos sociais;
- IV - as disposições de caráter supletivo sobre a execução dos orçamentos.

Art. 2º - Constituem prioridades do Governo Municipal:

I - educação, cultura, saúde, assistência social, com as seguintes ênfases:

- a) melhoria da qualidade da educação básica;
- b) apoio ao esporte e lazer.

Art. 3º - As prioridades definidas no artigo anterior e seus detalhamentos em projetos prioritários no Plano Plurianual terão procedências na alocação de recursos orçamentários de 2003.

Art. 4º - O montante das despesas não deverá ser superior ao das receitas.

Art. 5º - Na programação de investimentos da Administração Municipal, serão observados as seguintes regras:

- I - os projetos em fase de execução terão preferência sobre os novos projetos;
- II - não poderão ser programados novos projetos que não constem nesta Lei.

Art. 6º - O Orçamento Fiscal abrangerá os Poderes do Município, seus fundos órgãos e entidades da administração direta e indireta.

Art. 7º - O Orçamento da Seguridade Social abrangerá os órgãos e unidades orçamentárias, inclusive fundos, fundações, autarquias e empresas públicas que atuem nas áreas de saúde, previdência e assistência social.

Art. 8º - As receitas próprias dos órgãos, fundos, autarquias, empresas públicas, fundações e demais entidades controladas direta e indiretamente pelo Município, serão programadas para atender, prioritariamente aos objetivos das respectivas entidades, as quais poderão envolver gastos com pessoal e encargos sociais, contrapartida de financiamento e outros de sua manutenção, bem assim, objetivando racionalizar despesas e obter ganhos de produtividade, bem como, contrapartida dos Convênios celebrados com o Município.

Art. 9º - A manutenção das atividades terá prioridade sobre as ações de expansão.

Art. 10 - O orçamento anual obedecerá a estrutura organizacional instituída por lei municipal específica, atualmente em vigor.

Art. 11 - A proposta orçamentária para 2003 contera as metas e prioridades estabelecidas no Anexo de Metas - Exercício de 2003, que integra a presente Lei.

Art. 12 - As despesas com custeio de pessoal do Magistério Público Municipal e encargos sociais, terão como limites os estabelecidos na Lei do FUNDEF, consubstanciados na Lei Municipal que instituiu o Plano de Carreira e Remuneração do Magistério Público, e as demais terão como limites os estabelecidos na Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal.

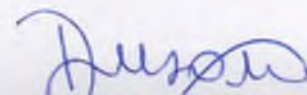
Art. 13 - A administração municipal só admitirá pessoal mediante a realização de concurso público, salvo para preenchimento de cargos de provimento em comissão de livre nomeação e exoneração.

Art. 14 - O Poder Executivo Municipal, repassará mensalmente, ao Poder Legislativo, destinado às despesas de sua manutenção, o limite estabelecido no Inciso I, do Artigo 2º, da Emenda Constitucional nº 25, de 14 de fevereiro de 2000.

Art. 15 - O Poder Executivo Municipal, encaminhará ao Poder Legislativo, a proposta orçamentária até o dia 30 (trinta) de outubro de 2002, que a apreciará até o encerramento da sessão legislativa.

Art. 16 - O orçamento da seguridade social, compreenderá as dotações destinadas a atender as ações nas áreas de saúde, previdência e assistência social e contera, dentre outros, recursos provenientes:

- I - das contribuições sociais dos funcionários e empregadores sobre a folha de vencimentos e/ou salários;
- II - dos recursos diretamente arrecadados pelas entidades que integram o orçamento, e;
- III - dos recursos diretamente do Tesouro.





ESTADO DO PIAUÍ

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAXINGÓ

CGC: 01.612.618/0001-75 CAXINGÓ - PIAUÍ

E-mail: pmcaxingo@secrel.com.br

Art. 17 - Na fixação das despesas com ação de expansão da seguridade social será observado o disposto no artigo 12 desta Lei.

Art. 18 - As operações de crédito por antecipação da receita, contraidas pelo Município, serão realizadas de acordo com o que preceitua a Lei Complementar nº 101, de 04 de Maio de 2000-Lei de Responsabilidade Fiscal.

Art. 19 - O Poder Executivo, observadas as necessidades e circunstâncias do momento, associadas a capacidade do erário público, e havendo recursos disponíveis, poderá suplementar as dotações orçamentárias de atividades e projetos, até o limite de 1000% (cem por cento) do total da receita arrecadada.

Art. 20 - Fica autorizada a concessão de ajuda financeira às entidades sem fins lucrativos, reconhecidas de utilidade pública nas áreas de saúde, educação, cultura, esporte e assistência social.

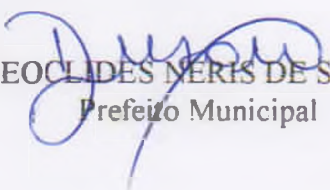
Art. 21 - Fica vedada a concessão de ajuda financeira às entidades de que trata o artigo anterior, que não prestem contas dos recursos anteriormente recebidos, assim como as que tiverem suas contas desaprovadas pelo Poder Executivo.

Art. 22 - O chefe do Poder Executivo Municipal ao enviar a proposta de lei orçamentária anual à Câmara Municipal, deverá colocar exemplares à disposição do público, em lugar de livre acesso, bem como fornecer cópias as entidades interessadas.

Art. 23 - Na elaboração da proposta orçamentária deverá ser utilizada as classificações orçamentárias da receita e despesa pública na forma respectivamente das Portarias nº 163, de 04 de maio de 2001, e nº 42, de 14 de abril de 1999, que compõem todas as alterações que constituem o novo Ementário de Classificação das Receitas e Despesas Públicas.

Art. 24 - Revogadas as disposições em contrário, esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Caxingó (Pi), 13 de maio de 2002


DEOCLIDES NERIS DE SOUSA
Prefeito Municipal

DO DO PIAUI
 EITURA MUNICIPAL DE CAXINGÓ

ANEXO DE METAS - EXERCÍCIO DE 2003

FUNÇÕES/SUBFUNÇÕES	OBJETIVOS
ADMINISTRAÇÃO Administração Geral SEGURANÇA PÚBLICA DEFESA CIVIL Construção da Delegacia de Polícia ASSISTÊNCIA ASSISTÊNCIA AO IDOSO Construção da Casa do Idoso ASSISTÊNCIA À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE Construção e Ampliação de Creches Brasil Criança Cidadã PETI ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA Feiras Comunitárias Hortas Comunitárias SAÚDE ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL Const., Ampliação e Reformas de Postos de Saúde Aquisição de um Centro Odontológico Campanha de Multivacinação Humana Campanha de Vacinação Animal Campanha DST-AIDS Campanha da Dengue Aquisição de um Laboratório de Bioquímica EDUCAÇÃO ENSINO FUNDAMENTAL Const., Ampliação e Reformas de Escolas Oficinas de Trabalho nas escolas Saúde nas Escolas Merenda Escolar EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS Cursos de Aprendizagem CULTURA	Informatização dos serviços administrativos da Prefeitura Garantir a segurança através de uma delegacia. Criar condições dignas para abrigar com decência os nossos idosos. Construir creches adequadas à socialização e assistência à criança pobre. Ações sócio-educativas voltadas às crianças e adolescentes. Ações sócio-educativas voltadas para a erradicação do trabalho infantil. Criar alternativas de comercialização de produtos, especialmente de pequenos produtores e comerciantes. Construir e reformar postos de saúde, principalmente onde há carência desse atendimento, bem como, melhorar a estrutura da saúde do Município. Atendimento odontológico a todas as comunidades carentes. Imunizar a comunidade para prevenir doenças. Vacinar animais para prevenir doenças. Erradicação da AIDS-DST e aquisição de preservativos. Combater a dengue, tanto na zona urbana como na zona rural. Realizar análise de exames médicos. Construir escolas visando o aumento de alunos do ensino fundamental, ampliar e reformas as existentes. A profissionalização do aluno do ensino fundamental. Atender o aluno na escola com atendimento médico/odontológico. Melhoria do padrão alimentar da merenda escolar Alfabetização de Jovens e Adultos

Dunga

DO DO PIAUI

EITURA MUNICIPAL DE CAXINGÓ

ANEXO DE METAS - EXERCÍCIO DE 2003

FUNÇÕES/SUBFUNÇÕES	OBJETIVOS
<p>DIFUSÃO CULTURAL Eventos Populares URBANISMO INFRA-ESTRUTURA URBANA Const. e Recuperação de Calçamento Construção de Praças, Parques e Jardins HABITAÇÃO HABITAÇÃO URBANA Melhoria Habitacional SANEAMENTO SANEAMENTO URBANO Construção de Poços e Chafarizes/Lavanderias AGRICULTURA PRODUÇÃO VEGETAL Distribuição de Mudas Frutíferas PRODUÇÃO ANIMAL Construção do Matadouro Municipal ABASTECIMENTO Programa de Apoio ao Trabalhador Rural Construção do Mercado Público Municipal ENERGIA ENERGIA ELÉTRICA Distribuição de energia elétrica na zona rural e zona urbana TRANSPORTE TRANSPORTE RODOVIÁRIO Construção e Recuperação de Estradas Vicinais DESPORTO E LAZER DESPORTO COMUNITÁRIO Construção de Quadras de Esportes</p>	<p>Proporcionar atividades de lazer, destacando o folclore municipal.</p> <p>Garantir a urbanização de vias urbanas através da pavimentação poliédrica. Criar áreas de lazer às comunidades. Melhorar as condições de habitabilidade de pessoas de baixa renda familiar.</p> <p>Criar condições de abastecimento de água para as pessoas pobres.</p> <p>Distribuir mudas frutíferas a famílias de baixo poder aquisitivo, induzindo ao conhecimento de novos hábitos alimentares.</p> <p>Criar um órgão de controle da qualidade da carne consumidas pela população. Implantar novas tecnologias através da mecanização agrícola objetivando apoiar o setor agropecuário.</p> <p>Criar condições ao lavrador e pecuaristas através da eletrificação rural, bem como, beneficiar residências na zona urbana. Criar condições para a comercialização de gêneros e produtos hortifrutigrangeiros.</p> <p>Criar melhores condições de escoamento dos produtos agrícolas Promover o lazer e o entretenimento entre os munícipes.</p>